

**Oswaldo Peralva****A autonomia  
do DF**

Ao aprovar, na Comissão de Sistematização, a eleição direta do primeiro governador e de uma Assembleia Legislativa, com 24 membros, no Distrito Federal, os constituintes exprimiram um anseio geral dos brasileiros — e não apenas dos brasilienses — de entregar aos cidadãos a responsabilidade de traçar seu próprio destino. Era de se prever que assim acontecesse, como é previsível ampla ratificação desse ato no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

No caso de Brasília, essa aspiração terá sido acentuada precisamente porque, como sede do regime autoritário, foi o último bastião a cair. Enquanto a população dos Estados substituiu, em 1982, os governadores indiretos por governantes de sua livre escolha, o Distrito Federal permaneceu sob o governo dos coronéis, submetido às humilhações e violências do general Newton Cruz, comandante Militar do Planalto.

Significa que uma boa dose de sentimento influenciou a iniciativa dos constituintes brasilienses, vitoriosa na Comissão. Todos eles se haviam comprometido, nas campanhas eleitorais de que resultou a primeira bancada federal da capital do País, a lutar pela ampliação da autonomia, que se iniciava com sua própria eleição, resultante da emenda constitucional n° 25, de maio de 1985. Por essa emenda do senador Mauro Borges (PDC-GO), os brasilienses iriam enviar ao Congresso Nacional e à Constituinte oito deputados e três senadores.

A realidade é que uma tendência mundial conduz à escolha, por sufrágio direto, dos governadores ou prefeitos das capitais nacionais. A essa tendência se renderam, por exemplo, Paris e Washington.

A idéia de manter a governança de Brasília dependente da vontade do presidente da República, e não da vontade do povo, parte do mesmo princípio que inspirou a criação de Washington, como um lugar especial, à parte, sede dos poderes da República e das representações estrangeiras, longe dos vários tipos de pressões.

**JORNAL DE BRASÍLIA**

E conhecido o episódio de junho de 1783, pouco após a Guerra da Independência, o Estado de cofres vazios, os soldados com os soldos em atraso invadindo o Congresso para apresentar suas reclamações. Dai o cuidado de transferir os poderes públicos para um lugar seguro, uma cidade com a finalidade específica de abrigar os governantes e seu corpo administrativo. Isso não impediu que o tempo lhe modificasse o caráter, que a população crescesse e se diversificasse, apresentando toda uma série de problemas, inclusive de natureza social.

O caso de Brasília é, até certo ponto, semelhante. A finalidade principal era a integração nacional, a criação do novo pólo irradiador de progresso, embora entre seus primeiros idealizadores houvesse também quem se preocupasse com a tranquilidade dos representantes do poder público e até com a segurança nacional, transferindo a cabeça do País para local mais adequado.

Plantada no meio de uma realidade nacional marcada por terríveis desequilíbrios inter-regionais e sociais, Brasília deixou, muito rapidamente, de ser a tranqüila e segura capital, para converter-se num dos maiores e complexos aglomerados urbanos do Brasil, com mais de um milhão e oitocentos mil habitantes, apresentando os mesmos desequilíbrios.

Os problemas são imensos, dando a impressão de insolúveis. O número de aspirantes à casa própria anda na casa dos 200 mil, o favelamento aumenta em ritmo veloz, os serviços e equipamentos urbanos se tornam cada vez mais insuficientes, em face de um espantoso crescimento demográfico de 6 a 7% ao ano. E o déficit orçamentário, superior a 60%, tem de ser coberto com recursos da União.

Alega-se que o Governo Federal não paga IPTU dos seus quase 12.000 imóveis. Mas a renda daí proveniente seria uma gota d'água nesse mar deficitário. O novo sistema tributário em discussão tende a melhorar os rendimentos do DF e dos Estados, mas também isso não levará a uma solução para o problema da dependência financeira.

Esta a questão básica da autonomia, que tem de ser examinada a sério, e já. Pela própria Constituinte.

Oswaldo Peralva é jornalista e secretário de Comunicação do GDF